

Palestra proferida pelo Jornalista Antonio Lucio, na Audiência Pública da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES e de DEFESA NACIONAL da CÂMARA DOS DEPUTADOS, em Brasília no dia 11 de Agosto de 2009

“Existe uma história da comunidade negra sem o Brasil,
o que não existe é uma história do Brasil sem o negro.”

BOA TARDE A TODOS.

Primeiramente quero agradecer ao Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, deputado Severiano Alves, que atendendo a indicação do meu nome pela ilustre médica Edialede Salgado do Nascimento, ex-Secretária de Estado no Rio de Janeiro, enviou-me o convite para participar desta Audiência Pública, "que discutirá o preconceito e a discriminação racial contra afro-brasileiros", nesta data em que se comemora a instalação dos Cursos Jurídicos no Brasil, prestando uma homenagem a um dos mais significativos lentes do Ensino das Ciências Jurídicas e Sociais, lembrando aqui no início desta Palestra a figura do eminente jurista negro que foi o professor catedrático do Direito do Trabalho, Antonio Ferreira Cesarino Junior, nas Arcadas da Faculdade de Direito da USP – Universidade de São Paulo, situada no memorável Largo de São Francisco e na UNICAMP - Universidade de Campinas, cidade onde nasceu e que nos deixou um legado de trabalhos acadêmicos, entre livros e dissertações, que ainda norteiam a carreira acadêmica e profissional de muitos brasileiros.

Por dever de ofício e até para não ser injusto com meus irmãos de raça vou me cingir a fazer mais uma abordagem da discriminação racial e ou preconceito, principalmente no que diz respeito as odiosas manifestações de injustiça, invejas, de forma explícita e ou subliminar, que alguns após praticá-las tentam justificar como involuntárias, mas que na realidade é o que está no seu subconsciente.

Faço ainda um lembrete através da manifestação do brasileiro compósito, cantor, político e ex-ministro da Cultura, Gilberto Passos Gil Moreira, que sintetiza claramente o racismo que vai no corpo e na alma de alguns brasileiros:> “O poder econômico e os Poderes em geral amenizam o racismo, porque significam a redenção da condição subalterna, historicamente indigna imposta pela escravidão. O poder branco, e a fatia obtida pelo negro é branqueadora. Já sofri muitas situações de racismo. Me marcou muito uma vez, aos 11 anos, no Colégio Marista, em Salvador, quando um religioso, no meio de uma aula, se referiu a mim: >. Cale a boca, negro boçal. É a primeira coisa que me vem a cabeça sobre racismo.”

NEGROS EM MOVIMENTO NEGRO

São mais variadas as versões sobre a criação do chamado Movimento Negro, mas a melhor definição sobre as atividades do grupo em todo o Brasil foi sintetizada por Maria Angélica Mata-Maués em sua importantíssima colaboração no DICIONÁRIO HISTÓRICO BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO, obra publicada pela Editora FGV, onde ela enfoca a atuação dos movimentos organizados para a organização da população negra na luta contra as desigualdades de cunho racial, lembrando a discussão pública do tema, a partir dos anos 70, com o ressurgimento da imprensa negra, dos chamados “movimentos negros” e centros de estudos e pesquisas e com a instituição legal de entidades nas duas principais cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro.

Como o trabalho se centraliza mais do início dos anos 70 para cá, embora lembrando de passagem a atuação da extinta Frente Negra Brasileira a partir dos anos 30 até 1937, quando foi levada para a ilegalidade pela ditadura de Getúlio Vargas, fica um grande vácuo sobre a atuação e existência de variados movimentos organizados legalmente pelo Brasil afora, através de entidades religiosas, de profissionais, sociais e recreativas no Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e principalmente em São Paulo desde o final do período discricionário e o legal da era Vargas, de 1945 até o início dos anos 70. Neste período ocorreram manifestações importantes contra **o preconceito e a discriminação racial contra afro-brasileiros**, além da defesa e resgate da Cultura Negra, organizadas por diversas entidades em vários Estados como a centenária Sociedade Floresta Aurora e posteriormente o Clube Náutico Marcílio Dias, no Rio Grande do Sul, os Filhos de Gandhi, na Bahia, a Sociedade Recreativa União Operária, em Santa Catarina, as Irmandades Religiosas e Congadas, em Minas Gerais, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos e posteriormente o Clube Palmares em Volta Redonda, Renascença Clube, Grupo União e Consciência Negra, Agbara Dudu, no Rio de Janeiro; Irmandade N.S. do Rosário dos Homens Pretos, Clube 28 de Setembro de Jundiá, Associação José do Patrocínio, Elo Clube, Club 220, Associação Cultural do Negro, Aristocrata Clube, Casa da Cultura Afro-Brasileira, em São Paulo, além de inúmeras outras espalhadas em cidades do país, nomeando apenas estas para não nos alongarmos. É de se ressaltar a importância fundamental do Club 220, em São Paulo, que teve o permanente combate ao **preconceito e a discriminação racial contra afro-brasileiros** seu ponto de honra estatutário, entidade presidida por um homem negro determinado, criticado e invejado, que sempre, em hora certa nunca deixou de se manifestar sobre qualquer ato discricionário contra a raça negra no Brasil inteiro, sendo importante lembrar que a aprovação da Lei Afonso Arinos – por iniciativa do parlamentar condeído com a situação e de um serviçal negro de sua família, foi reforçada com os protestos do 220 contra o ato de discriminação sofrida por artistas negros de outros países que vieram se apresentar no Brasil –, foi importante e foi, ao contrário dos que afirmam os que nunca pesquisaram sobre o assunto e ficaram na árvore repetindo como papagaios fatos inexistentes, devidamente aplicada em sua incipiente e restrita forma punitiva, bem como, quando o ex-Campeão Brasileiro de Boxe, Luiz Inácio, o Luizão, foi discriminado após sua apresentação em uma entidade recreativa na cidade de Ourinhos, no interior paulista. A providência comprovadamente eficaz tomada pelo ex-Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1960, Rompendo Efetivamente, sem as promessas que passaram a ser moda pelos governantes que vieram após seu período de governo, as relações diplomáticas do Brasil com o regime apartheidista da África do Sul, foi em decorrência de um Manifesto com mais de 50.000 assinaturas, devidamente numeradas, de brasileiros de todo o país, entregue a autoridade maior durante despacho no Palácio do Catete, lembrado pela imprensa na época com um dos últimos atos do Presidente, assinado no antigo Distrito Federal, solicitando a providência do rompimento em virtude da discriminação sofrida por atletas negros brasileiros, impedidos de atuar naquele país. Na oportunidade o presidente Kubitschek declarou:> **“Quero deixar bem claro que a assinatura deste ato, é tão significativa como a mudança da capital brasileira para o Planalto Central, Brasília, pois o nosso espírito democrático não tolera qualquer política que tenha por objetivo discriminar o ser humano, de qualquer raça ou cor”**. E assim justificava a contribuição africana para a constituição de um espírito nacional:> **(...) orgulhamo-nos de agora proclamar isto, do muito que devemos aos que vieram um dia da África para participar do engrandecimento deste país. Reconhecemos a contribuição do sangue negro para a formação do povo brasileiro. Temos de agradecer aos africanos não somente o imenso trabalho e energias empregados na**

agricultura, indústria e em todo um esforço criador da economia brasileira, mas, também, a incalculável contribuição que trouxeram à arte, pintura e na formação do nosso espírito. Nossa dívida com os oriundos da região africana e cujos descendentes são nossos irmãos patrícos iguais aos de qualquer outra cor ou de origem, durará enquanto durar o povo brasileiro”.

O pedido de fechamento de um estabelecimento hoteleiro em São Paulo, que após haver confirmado a reserva feita antecipadamente, impediu que a artista negra internacional Josephine Baker lá se hospedasse, também foi alvo de solicitação de providências pelo 220, conforme o noticiário internacional da época. Sem qualquer cabotismo, tudo o que li, arqueei na memória, não tenho vocação para pesquisador, mas é importante que pesquisas relacionadas com a comunidade negra – excludo deste contexto Maria Angélica Mata-Maués – sejam realizadas com a seriedade necessária para que a história não fique capenga, sem a maldade, o preconceito e a vontade pré-determinada de se excluir qualquer pessoa que presta ou prestou relevantes trabalhos para a nossa raça ou até danificou sua trajetória, sem o manifesto espírito de “Pedro Álvares Cabral”, com afirmativas tipo “eu descobri” ou “eu sou o primeiro”. A era da informática é excelente para pesquisas, mas não se pode deixar de lembrar que muito mais informativos e reais são os acervos das bibliotecas públicas e privadas, que guardam informações importantíssimas sobre a história brasileira. Apenas para nos cingirmos a parte do período entre os anos 45 e 70, para encerrar, somente a história e os bons de memória política neste país haverão de se lembrar da importância histórica das presenças pessoais, em períodos distintos, do Presidente João Goulart, em 1963 e do Presidente Emílio Garrastazu Médici, em 1972, em São Paulo, trazidos a capital paulista pelo Club 220, para se confraternizar com a comunidade negra, fazer declarações importantes e agir contrariamente ao recomendado pela segurança presidencial, conforme noticiou a imprensa brasileira nas respectivas épocas, que pela maldade a arma dos incompetentes que é a inveja, nunca mereceram a devida atenção das “entidades marginais” ou dos “pesquisadores e historiadores”, que sempre preferiram esconder uma realidade nossa dos olhos dos que tem a responsabilidade com o passado e o futuro da comunidade negra para que não continuem agindo como verdadeiras Cacatuas na repetição da maledicência e de inverdades. A organização do Movimento Negro Unificado - MNU, citada por Maria Angélica Maués em sua colaboração à obra citada, teve o mérito de conseguir unir pela primeira vez os grupos constituídos legalmente ou não, que decidiram lança-lo publicamente em 7 de julho de 1978, em São Paulo, a partir da execução sumária pela Polícia do jovem operário Robson Silveira da Luz, procurando dar um basta em todo e qualquer tipo de discriminação e violência contra a comunidade negra, cujo grupo, que perdeu durante sua trajetória um dos seus mais aguerridos militantes, o jornalista Hamilton Bernardes Cardoso, tem atuado desde a época de sua criação até os dias de hoje, graças a atuação persistente do militante Milton Barbosa e outros, embora enfraquecido com a banalização do termo movimento negro, como lembra Mata-Maués:> (...) Embora o MNU continue existindo, nos anos 1990 a ampliação e os desdobramentos das organizações negras podem ser traduzidos no uso da designação geral de movimento negro – as vezes usado no plural – para referir e reunir, num conjunto, o leque numeroso e variado das chamadas “entidades do movimento negro” (...).”

Como afirmou Neninho do Obaluaê, militante do MNU e partidário das entidades políticas consideradas de esquerda:>

“Um dos grandes problemas do Movimento Negro é a ingerência que ele sofre de alienígenas distantes da nossa problemática, além da presença dos que usam o nome da comunidade afro-brasileira, militantes profissionais que assumiram compromissos no passado e não querem largar o osso, que foram forjados em organizações políticas pseudo-esquerdistas que não tem interesse

que nos organizemos. Isso, sem contar algumas militantes negras, que tem incrustadas na cabeça a idéia constante de falar mal dos homens negros militantes do movimento, criando a divisão, para a satisfação dos homens brancos, que as dominam dócil e facilmente.”

Ou como lembra Joel Rufino dos Santos, escritor, historiador, militante negro independente:> “Há na pauta do movimento negro brasileiro contemporâneo, a seguinte controvérsia: > deve-se considerar o movimento negro exclusivamente o conjunto de entidades e ações dos últimos cinquenta anos, consagrados explicitamente à luta contra o racismo, tornando-se as lutas do passado escravista e a fase de “marginalização” que se lhe seguiu, como mero antecedente : ou deve-se considerar como tal todas as entidades de qualquer natureza e todas as ações de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visavam a auto-defesa física e cultural do negro), tornando-se a luta atual contra o racismo como um simples prolongamento?”

E como lembra o cantor, compositor e empresário Martinho da Vila que enfatiza:> “Sempre uso como estratégia não atacar um negro que esteja fazendo alguma coisa pela nossa raça, ainda que eu não goste muito, mas se tiver que fazer algum comentário para se possível corrigir o que eu não concordo, vou fazer com a própria pessoa.”

Nos anos 70, aqueles que por ingenuidade julgavam, que suas atividades artísticas e políticas exercidas junto à comunidade negra estivessem imunes aos olhares e ouvidos dos órgãos de segurança e informações do governo, estavam completa e redondamente enganados, pois vale destacar um trecho da Apreciação Especial n ° 01/19/AC/78, da Agência Central do Serviço Nacional de Informações – SNI, órgão nitidamente introvertido, por definição sempre voltado para dentro, com o objetivo de manter o governo sempre bem informado sobre tudo o que acontecia no País, onde está lá no Retrospecto de 1977, com o carimbo de **CONFIDENCIAL :>**

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGENCIA CENTRAL

APRECIÇÃO ESPECIAL Nº 01/19/AC/78

DATA : 08 JAN 78

ASSUNTO: OPINIÃO PÚBLICA

RETROSPECTO DE 1977

e

PERSPECTIVAS PARA 1978

ORIGEM : AC/S

DIFUSÃO : CH/SNI

1 RETROSPECTO DE 1977

(...)f - Continuando o acompanhamento que vinha sendo feito, com mais intensidade desde o ano passado, foram detectadas várias manifestações de Racismo Negro, exteriorizadas de forma mais concreta no movimento “Soul” que tomou conta da juventude negra do RIO DE JANEIRO e SÃO PAULO, e começou a espalhar-se para o Nordeste com o movimento “BLACK BAHIA”. Também os institutos de cultura afro-brasileira, ampliando-se, ultimamente, têm, em muitos casos, parcela de responsabilidade no estímulo a atitudes racistas e revanchistas, por parte dos jovens negros, que vêm neles e no movimento “Black” uma maneira de auto-afirmação racial. Esses movimentos, caso continuem a crescer e se radicalizar, poderão vir a originar conflitos raciais. (...)

2 PERSPECTIVAS PARA 1978

Considerando que 1978 é um ano eleitoral, o esquema esquerdista da imprensa deverá ser acionado, com a máxima intensidade, no sentido de favorecer o partido de oposição. Desse modo, presume-se que haja um recrudescimento na exploração tendenciosa dos problemas sociais e econômicos enfrentados pelo Governo, objetivando denegrir o regime revolucionário. (...).

As manifestações de preconceito e racismo contra os afro-brasileiros sempre aconteceram e vão continuar acontecendo neste Brasil, brasileiro de quase todos nós e o combate a sua continuidade será permanente. Inicialmente quero lembrar alguns fatos acontecidos desde os anos 50 tornados públicos ou não, mas que aconteceram e foram catalogados, por mim em meus escritos e ou irmãos brasileiros negros ou não que tomaram conhecimento de manifestações deste tipo, e aqui cito alguns, sem a ordem cronológica dos acontecimentos, independente dos que fazem parte do anexo desta Palestra, pois são inúmeros e teríamos que permanecer no mínimo por um ou dois dias inteiros para nomeá-los.

Geraldo Campos de Oliveira, professor e jornalista, ex-presidente da Associação Cultural do Negro-ACN, ex-Assessor de Imprensa do Gabinete do Ministro do Trabalho no Governo Jânio Quadros, recém-nomeado pelo Presidente João Goulart dirigente máximo do Instituto de Previdência dos Comerciantes - IAPC, como Presidente Nacional do órgão faz sua primeira visita oficial a São Paulo para conhecer os funcionários e determinar a Delegacia Regional local do Instituto a nova política a ser seguida. Desembarca no Aeroporto de Congonhas, ao lado de um auxiliar, sendo recebido por “maçanetas” e bajuladores de plantão, além do responsável pela instituição no Estado de São Paulo, que se dirige ao auxiliar de Geraldo: > Professor é uma honra poder recebe-lo em sua primeira visita ao nosso Estado, feliz estada em São Paulo. Contrafeito o auxiliar do Presidente dispara:> O Presidente Nacional do IAPC não sou eu e sim este cidadão negro aqui ao meu lado.

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, inovando em termos de criar um órgão ou departamento para tratar de assuntos relacionados com a problemática da comunidade negra em seus vários aspectos, como a discriminação racial, a cultura negra, preservação das tradições africanas e discussões sobre o tema, A atitude do governo municipal mineiro criando a Secretaria Municipal da Comunidade Negra, superou em muito a administração pública em diversos Estados que ainda capengam com o “funcionamento” de Conselhos, Departamentos, Assessorias e outros órgãos análogos, instrumentos jurídicos nada perfeitos para buscar a solução de alguns assuntos.

Mais vale a iniciativa de cada um e a troca de experiências, pois o importante é não ficar na periferia dos problemas sem procurar resolve-los oficial ou oficiosamente.

O racismo subliminar contra a comunidade negra sempre foi manifestado intencionalmente por algumas autoridades governamentais, como o do ex-ministro e ex-senador Jarbas Passarinho, sobre o qual escrevi na revista ÉBANO – Edição de MAIO/JUNHO de 1981)

“A maior invenção do mundo são as mulatas”

**Esta frase foi dita em palestra no Itamaraty,
pelo Senador Jarbas Passarinho.**

“MAIOR INVENÇÃO”.

Em palestra feita no Itamaraty, por motivo da passagem do “Dia Internacional Contra o Racismo, o senador Jarbas Passarinho disse que ainda existem focos de racismo no Brasil, os quais, entretanto são neutralizados pela própria índole do povo, contrária a discriminações. Acrescentou, bem-humorado, que essa atitude se deve não apenas a índole, mas também “a maior invenção do mundo, que são as mulatas”. E voltando-se para o embaixador de Portugal, que se encontrava na platéia, Passarinho, aproveitou para agradecer aos portugueses por essa “invenção”.

A Nota acima estampada na terceira página do jornal Folha de S. Paulo, coluna Painel, edição de 21 de março último, até hoje não desmentida, merece das pessoas de bom senso uma análise e reflexão sobre o assunto, já que a mesma traz em seu bojo conotação racista e chacota sobre a existência de uma coletividade.

A frase pronunciada por quem em razão da função que atualmente exerce, de Presidente do Senado Federal e conseqüentemente do Congresso Nacional, Chefe Supremo de um dos Poderes do País, talvez ficasse bem na boca de qualquer alienígena que aqui aportasse, sem qualquer conhecimento da luta e do trabalho da raça negra em prol do desenvolvimento do Brasil. Partindo de quem partiu, um oficial da reserva do glorioso Exército Brasileiro, esta arma que num dos momentos mais sérios da luta abolicionista se recusou a exercer a o papel de “capitão do mato” na captura de escravos foragidos: deixa muito mal para nós ou muito bem para outros setores da nacionalidade brasileira, o senador Jarbas Passarinho. Partindo de um cidadão que já exerceu a elevada função de Ministro do Trabalho e deveria saber que o negro não é alheio ao trabalho desenvolvimentista deste País, faltando-lhe maiores e melhores oportunidades, pois a partir do momento em que as mesmas se apresentam, ele pode inclusive ganhar a láurea de Operário Padrão do Brasil, como ocorreu neste ano de 1981: deixa muito mal para nós ou muito bem para outros setores da vida pública brasileira, o homem público Jarbas Passarinho. Partindo de um cidadão que um dia esteve à frente de um dos mais polêmicos Ministérios deste País, o da Educação e Cultura, e, conseqüentemente deveria melhor conhecer os aspectos históricos e sociais da miscigenação brasileira: deixa muito mal para nós ou muito bem para outros setores da política brasileira, o “professor” Jarbas Passarinho, um dia tristemente chamado neste País de Ministro da Juventude.

Pouco nos interessa se o senhor Jarbas Gonçalves Passarinho fique mal para nós ou bem junto aos mais diversos setores da vida brasileira, pois o que mais nos decepciona é o desrespeito partindo do Presidente de um dos Poderes desta Nação, que extravasa o seu racismo subliminar, fazendo chacota com a formação de toda uma raça, que luta contra todas as forças que pretendem mantê-la à margem do sistema sócio-político e econômico deste sofrido Brasil. A decepção ainda se faz maior quando a frase é pronunciada no Dia Internacional Contra o Racismo, na presença de representantes diplomáticos, e não recebe a resposta adequada dos nossos “representantes” no Poder Legislativo, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

O racismo se manifesta de várias formas e a encontrada pelo senhor Jarbas Gonçalves Passarinho, nos anima à vigilância constante sobre os atos e palavras dos integrantes não só da classe política, mas de todos os setores de atividades neste País, até que um dia possamos piar mais alto e com firmeza junto às autoridades sérias.

Piar alto, bem mais alto do que a Cacatua...

Sem dúvida alguma o ex-ministro Jarbas Passarinho não assimilou o ensinamento do ministro Antonio Nader, presidente do Supremo Tribunal Federal, durante solenidade realizada no Palácio do Itamaraty, Brasília, em 21 de Março de 1979, celebrando o transcurso do Dia Internacional Para a Eliminação da Discriminação Racial, quando entre outras afirmativas destacou:> *“(...) Pascal dizia com sarcasmo que o homem é um caníção pensante. Para demonstrar o acerto de tal definição é bastante se considere o erro dos que sustentaram a doutrina racista ou que uma ração contém caracteres que a definem como superior. Ver-se-á que, no assunto, o pensamento dos racistas um caníção no seu vai-vém, oscila entre duas falsidades : a de uma raça pura e a de uma raça distinta./Alguns homens do século passado sustentaram a idéia racista e outros tantos deste século aproveitaram-se dela para fins políticos./O certo, porém, é que o racismo não contém fundamento científico, e o valer-se dele como força política, produz conseqüências funestas.(...)”*

Um dos episódios mais marcantes da prática de **preconceito e a discriminação racial contra afro-brasileiros** ocorreu em 1981, quando um parlamentar negro foi eleito presidente da Câmara Municipal paulistana, onde destaquei na ocasião a **AGITAÇÃO E ELEIÇÃO** ocorrida naquela casa de leis:>

A Câmara Municipal de São Paulo viveu dias de imensa agitação política, naquele ano de 1981, dada a importância da eleição do novo Presidente da edilidade, pois o futuro comandante da Casa, em mudando o quadro institucional e político que se apresentava, poderia brevemente assumir os destinos da cidade como Prefeito.

Estavam disputando a eleição dois grupos, um do vereador Antonio Sampaio e outro do vereador Brasil Vita, que tendo a vitória como favas contadas foi aconselhado a se manter menos boquirroto e mais discreto, colocando os pés no chão, lembrando alguns edis que em eleição e mineração o resultado se define só depois da apuração. O então ministro Delfim Neto, que nunca havia tido vivência no meio político como detentor de mandato parlamentar, em encontro mantido com o edil que tem o pé fincado no lendario bairro do Bixiga, lembrou que na matemática o importante para qualquer resultado de uma operação é a prova dos 9, e detonou:> Vita, você pode ser bom tribuno, mas é ruim de aritmética, pois com esta disputa apertada, em que o voto está valendo mais que qualquer tostão furado, não está sabendo contabilizar os apoios e vai perder a eleição. João Brasil Vita, do alto da sua elegância e arrogância desdenhou, comentando nos cantos:> O Delfim mais uma vez está errando ao falar em números, pois fez uma afirmativa que pensa ser premonição, mas ninguém empanará o brilho da nossa vitória. Preparem a festa.

O vereador Antonio Sampaio, nada comentava sobre o pleito, manteve suas articulações, conversando diariamente várias vezes com os colegas, dirigentes partidários, com o então governador Paulo Maluf e com quem mais pudesse ajuda-lo a conquistar a cadeira principal da edilidade paulistana, pois sabia que o pleito não estava definido e que só na boca da urna o mesmo deveria ser resolvido, para se saber quem realmente seria o novo Presidente da Casa.

Cautela e chazinho de camomila por parte do grupo de Antonio Sampaio, euforia demasiada e muito vinho por parte do grupo de Brasil Vita, além da bajulação que não faltava nos gabinetes dos nobres senhores vereadores.

Único parlamentar negro na casa de leis paulistana, o vereador Paulo Rui de Oliveira, impaciente com a realização de diversas reuniões para se acertar a escolha de um

candidato a Presidência da edilidade paulistana, passa a mão num telefone para consultar seu Guru Político, o deputado federal Adalberto Camargo e travaram o seguinte diálogo:>

Ø Camargo me desculpe o incômodo da hora, mas estou aqui em mais uma reunião com um dos grupos que considera o meu voto como o de “minerva” para eleger o Presidente da Câmara.

Ø E o outro lado Paulo, como está?

Ø O outro grupo também quer o meu voto para eleger o Presidente. A diferença é de um voto.

Ø Paulo, se os dois grupos querem o seu voto de “minerva” para eleger o Presidente, saia candidato você. É o golpe de mestre. É xeque-mate. Vá nessa e me ligue depois de empossado.

Paulo Rui de Oliveira foi eleito e empossado, em 1981, como o primeiro Vereador negro a assumir como titular do mandato o cargo de Presidente da Câmara Municipal de São Paulo. O desespero e o desolamento tomaram conta do decano dos vereadores paulistanos João Brasil Vita, que tinha sua eleição ao cargo como favas contadas, já tinha montado sua equipe de gabinete presidencial e encomendado cocktail para comemorar a vitória, que não houve, perdida no tabuleiro político.

Inconfidências não houveram, ninguém contou, simplesmente o telefone captou. E ninguém sabe se o vencedor ligou depois de empossado, mas presume-se que não deixou de agradecer a orientação do seu “mestre e guru político”. Os políticos paulistanos, não deixaram de manifestar sua verve racista sobre a vitória do vereador negro, considerada como uma “rasteira” política, segundo eles, urdida por cidadãos escuros na escuridão da noite que antecedeu o pleito.

Segundo o cientista político Cloves Luiz Pereira de Oliveira, autor da pesquisa Os Negros e o Poder no Brasil, os estudos sobre as determinantes sociais do voto e do comportamento político no Brasil raramente incluem questões sobre raça e etnicidade, embora os negros representem cerca de 44% da população e até 50% em algumas capitais. Raça e a etnicidade são fatores importantes de estudo em Ciência Política no tocante ao recrutamento para os cargos eletivos, principalmente quando o país em questão - caso do Brasil e dos Estados Unidos - é um cadinho de raças e etnias oriundas da imigração planejada ou não.

Doutorando em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, Cloves de Oliveira considera que há um preconceito e esquecimento dos intelectuais em relação à inclusão do negro na mídia e na política, embora mencione diversos casos de negros eleitos para cargos executivos, como os ex-governadores Alceu Collares, no Rio Grande do Sul, Albuíno Azeredo, no Espírito Santo, e Benedita da Silva, no Rio de Janeiro, e o prefeito Celso Pitta, em São Paulo.

Um dado revelador dessa indiferença geral sobre a etnicidade dos políticos é que, de 1986 a 1998, nenhuma pesquisa de mestrado ou doutorado em Ciência Política, sobre a participação do negro ou de outro grupo étnico nas eleições no Brasil, foi registrada na Universidade de São Paulo (USP).

As alcunhas racistas visando desestabilizar candidaturas de políticos negros, fossem eles pleiteantes de cargos majoritários e ou proporcionais, tem mostrado que nem sempre colaboraram para a vitória dos forjadores das mesmas e sim tem proporcionado a ascensão da comunidade negra para cargos de mando e comando, como aconteceu no episódio da eleição do saudoso prefeito da mineira cidade de Uberaba, o engenheiro Wagner do Nascimento, que tendo recebido dos seus adversários a alcunha de “Fusão Preto”, saiu em campanha utilizando uma

paródia sobre a música de sucesso na época, onde enfatizava suas propostas de governo e não deixou de receber nas urnas a manifestação democrática dos uberabenses que o consagraram como Prefeito da chamada capital do Triângulo Mineiro.

Criador administrativo e político da atual Chefe da Casa Civil do governo Lula, Dilma Rousseff, que durante sua administração como governador do Rio Grande do Sul, foi Secretária de Ciência e Tecnologia nos pagos gaúchos, Alceu Collares também foi vítima do racismo subliminar durante sua campanha rumo ao Palácio Piratini, quando seu opositor Nelson Marchesan, ex-presidente da Câmara dos Deputados, candidato do PDS ao governo gaúcho, assim se manifestou sobre a possibilidade do candidato do PDT ganhar as eleições de 1990, devido ao fato do mesmo ser negro, declarando:> “Tudo ficará “escuro”.

Collares retrucou com uma frase sintética:> “Sou negrão mesmo, mas ele terá que explicar o que quis dizer com isso”.

Prossigui na sua campanha, ganhou as eleições, sentou na cadeira número 1 do Palácio Piratini e entrou com uma Ação na Justiça acusando seu adversário de racista.

O economista Celso Roberto Pitta do Nascimento, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com mestrado da Universidade de Leeds – Inglaterra e Pós-Graduação em Administração de Empresas pela Harvard Business School – EUA ocupou ao longo da sua carreira cargos de direção de empresas, como os do Estaleiros Mauá e Casa da Moeda do Brasil no Rio de Janeiro e da Eucatex em São Paulo, parece até ironia do destino, mas com o mesmo sobrenome do ex-prefeito uberabense, sem qualquer grau de parentesco, quando candidato ao comando da maior cidade da América Latina, também foi ironizado por seus adversários que lhe pregaram a alcunha de “Kunta Kyntê” personagem do livro Raízes.

Uma tarde do ano de 1996 chego a um restaurante onde se reunia um grupo de políticos que pretendiam se credenciar como o candidato do prefeito Paulo Maluf à sua sucessão, que batizou seus encontros como a Confraria do Vinho. Ali freqüentemente se reunia a troupe dos candidatos a candidato Roberto Paulo Richter, o homem dos excelentes charutos, Secretário do Planejamento, Layr Krahenbuhl, da Habitação, Reynaldo de Barros, dos Serviços e Obras, muitas vezes com a presença de alguns dos próprios candidatos como aconteceu naquela data, acompanhados de marketeiros e puxa-sacos. Sem notar minha presença ou se notaram não tiveram o menor constrangimento em ironizar o nome do negro Secretário de Finanças de São Paulo, Celso Roberto Pitta do Nascimento, dizendo entre outras baboseiras, ao menos para mim, entre outras, de que seria impossível São Paulo ter um Kunta Kintê disputando as eleições ou que Maluf jamais ofenderia a cidade escolhendo um negro para ser o seu candidato nas eleições de 1996.

Celso Roberto Pitta, que antes de ser lançado como candidato a Prefeito de São Paulo, foi Cônsul Honorário do Lesoto, trabalhou para incrementar as relações culturais e comerciais com o Continente Africano, e posteriormente foi cumulativamente Secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo e também, Secretário de Planejamento. Foi o primeiro negro a ser diretamente eleito com o voto de três milhões e duzentos mil eleitores.

Os inconformados com a eleição de Celso Pitta para a prefeitura paulistana, não deixaram de manifestar todo o seu racismo explícito ou subliminar, em conversas particulares ou públicas, que foram reveladas durante ou posteriormente o exercício do seu mandato como comandante do terceiro orçamento do Brasil, como na carta do jornalista, político, secretário, ex-ministro e atual deputado estadual paulista João Mellão Neto, publicada no jornal o Estado de S.Paulo de 7 de abril de 2000. Lá ficou inserida:> CARTA PARA CELSO PITTA“(...) [Recordo-me bem daquele 1º de Janeiro de 1993. O senhor estava indicado para ser Secretário da Administração. Um golpe](#)

do destino, - o impedimento do titular das Finanças – fez com que na última hora, o senhor, em seu lugar assumisse a secretaria mais importante da Prefeitura. O senhor se lembra bem do episódio. O que talvez não saiba é dos grosseiros comentários que muitos daquele que se diziam seus amigos, inconformados, fizeram a seu respeito na ocasião. Eram argumentos lastreados no que havia de mais racista e preconceituoso, fazendo alusões à sua origem humilde e sua condição de afro-brasileiro. Não merecem sequer ser citados”.

Em junho do mesmo ano, mais especificamente no dia 14, Celso Pitta deu uma declaração curta e objetiva sobre sua participação no pleito eleitoral de 1996:> “Se cometi algum equívoco foi aceitar ser candidato pensando que uma pessoa negra e humilde, fosse ser aceita pelas elites com tranqüilidade. Equivoquei-me.”

Por outro lado o sociólogo Mauro Justino da Costa, PUC/RJ em sua tese “Prefeito Celso Pitta, Uma Idéia Fora do Lugar para a Elite Paulista (Estigma de “uncle Tom no Brasil”)" afirma: > A eleição do prefeito Celso Pitta nos dias de hoje representa esta caminhada na direção de um progresso rumo ao vitorioso modelo norte-americano. Mas, como é comum, todo projeto grandioso, honesto e que muda os rumos da história sofre sempre uma grande resistência por parte de pessoas que não tem esta visão, e também por parte daqueles que lucraram fortunas com a miséria do povo negro e mestiço. Paradoxalmente, engrossam esta fileira de rebeldes também os negros e negras de linha marxista”.

Sobre este episódio assim me manifestei na ocasião:> Com o devido respeito ao sociólogo, quanto à “linha marxista” de alguns negros e negras é preciso em primeiro lugar, saber se eles um dia leram alguma obra de Marx para saber o que ele representou, pois a grande maioria confunde Karl Marx com Carlos Marques e atuam como meros papagaios ou cacatuas, repetindo tudo o que lhes falam sobre o bem ou o mal.

Embora dono de um currículo invejável e ter desenvolvido uma administração austera e saneadora colocando as finanças da Município de São Paulo em ordem, sem aumentar impostos ou criar novas taxas e negociando a histórica dívida pública com a União, dessa forma destravando a administração e permitindo com isso que os governos que o sucederam pudessem voltar a investir na cidade, Celso Pitta é hoje criticado por muitos e até mesmo julgado por acusações e denúncias que não prosperaram. Nunca teve contra si sentenças transitadas em julgado. Aliás, é bem ao contrário, já que a maior parte das ações propostas contra ele, foram extintas ou arquivadas.

O atual vice-prefeito da baiana cidade de Salvador, Edvaldo Pereira Brito, Jurista, Professor da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Mackenzie, em São Paulo, que exerceu o cargo de Secretário dos Negócios Jurídicos da Prefeitura paulistana, definiu bem sua opinião na revista NOVA OPÇÃO em janeiro de 1998:> “De uma hora para outra, o bode expiatório das mazelas do Brasil passou a ser Celso Pitta. Não fosse tão alto o ônus eu diria que vale a pena este preço de glória. Arremate-se, contudo, que o atual Prefeito de São Paulo é uma boa árvore frutífera, por isso, tem de receber pedradas para que os seus frutos saciem a fome dos derrotados. (...)”

A propósito, a Revista Carta Capital publicou recentemente matéria com o título “CELSO PITTA – A GENI DA POLÍTICA BRASILEIRA”, tendo como pano de fundo a disputa judicial com a sua ex-mulher em torno do valor de pensão alimentícia, e, o seu inexplicável envolvimento pela Polícia Federal na questionada Operação Satiagaha que investigou o banqueiro Daniel Dantas e que sem a menor justificativa expôs o ex-prefeito paulistano à execração pública ao permitir que fosse filmado pela maior rede de televisão do país sendo preso e algemado ainda de madrugada e de pijamas na sua própria casa, fato que gerou uma indignação geral e ação de Pitta contra a União por danos morais.

E notem que esta verdadeira perseguição teve início em 1996 com a sua eleição para a Prefeitura de São Paulo e persiste até agora, nove anos após o término do seu mandato.

Celso Pitta dedica-se hoje a sua atividade de palestrante, tendo proferido palestras dentre outros lugares como professor visitante na Universidade de Miami e na Lynn University, ambas na Flórida, EUA, e, a serviços de consultoria econômica e financeira.

Mas por que ?

Poderia discorrer intempestivamente sobre este tema, mas a pergunta que não cala é: por que afinal tudo isto?

O sociólogo Mauro Justino formado pela PUC do Rio de Janeiro teve sua tese aprovada ao discorrer sobre o caso Pitta. Nela, foi demonstrado e aceito cientificamente que o que se passou decorre essencialmente do estereótipo do negro que ainda persiste na nossa sociedade. Resumidamente o que Justino demonstrou é que o consciente coletivo aceita bem o negro no espaço social que historicamente lhe foi definido, ou seja, a ocupação de determinados nichos, como a da música e dos esportes. A coisa se complica quando este homem ou mulher negra passa a ocupar espaços anteriormente “reservados” a elite branca. Pior, ainda, quando ele ou ela passa a mandar e não a ser mandado: aí dá-se um questionamento geral. Tratando-se, então do poder político e econômico do Prefeito de uma cidade como São Paulo, cargo que faz parte do currículo de ex-governadores e até ex-Presidente da República, aí que o circo pega fogo mesmo.

Dos EUA onde a questão racial é muito mais profundamente debatida do que aqui, vem o alerta de que já se iniciaram movimentos de fundo racista para desestabilizar o Presidente Barack Obama desde do ano passado. Veja, por exemplo, matéria publicada na Folha On Line de 11/08/2008 com o título “Defensores da Supremacia Branca apostam em vitória de Obama para iniciar revolução”. Ou então na reportagem levada ao ar no Jornal da Noite da TV Bandeirantes, na sexta-feira, dia 17 de julho último, que terminou com o seguinte comentário do jornalista Fernando Mitre:> “Essa gente deformada não agüenta um presidente negro”.

Tivesse a comunidade negra brasileira a mesma unidade, organização e capacidade de mobilização da americana, a história dos nossos políticos negros certamente seria outra.

Celso Pitta que hoje é portador de um câncer no fígado--"adenocarcinoma metastásico de cólon para fígado" e com 68 anos, também convive com o diabetes tipo 2, fazendo uso de medicamentos para controlar a doença, recebeu ao longo da sua vida profissional inúmeras homenagens, destacando-se a do Mérito Militar – Grau de Comendador, a da Legião de Honra da França e a Medalha Santos Dumont. É autor de diversos trabalhos e artigos no campo da economia e da política e do livro “Política e Preconceito” da Editora Martin Claret – 2002. Particularmente, considero indigna e desrespeitosa a forma como vem se portando alguns alienados militantes políticos, infelizmente integrantes de pretensos movimentos negros ou paus mandados de partidos políticos que através de comentários desairosos e outras baixarias perpetradas contra a figura do ex-prefeito paulistano Celso Roberto Pitta do Nascimento – do qual não sou correligionário e a quem particularmente nada devo em termos pessoais ou administrativos, a não ser o respeito que de minha parte nunca faltará – em função de um problema pessoal que só diz respeito ao mesmo.

Mas não podemos esquecer **que o preconceito e a discriminação racial contra afro-brasileiros**, está arraigado nos mais diversos setores da administração pública e até mesmo no judiciário ele se manifesta, desde os secundários até os mais altos escalões, como o que cito aqui sobre um Pré-conceito acontecido em Minas Gerais:> Confiante nos ensinamentos obtidos nos bancos acadêmicos, nos estágios probatórios durante o curso e cheia de esperança na defesa do réu, mais retinto que ela, quase no último tom da cor, ao qual acompanha para a realização de uma

Audiência no Foro de Belo Horizonte, a causídica adentra a sala sendo observada atentamente pela Juíza, que se vira para a Escrevente e determina:> **Avise aquela mocinha, bem trajada por sinal, para sair do recinto porque a família do Réu não pode acompanhá-lo na oitiva.** A Escrevente contrariada dirige-se a “mocinha”, transmite a mensagem e ouve a informação:> **A senhora informe a Meretíssima que eu sou a defensora do Réu.** A funcionária dirige-se a autoridade maior e volta com nova mensagem:> **A doutora exige que a senhorita se identifique.**

A “mocinha” dirige-se a Meretíssima e apresenta sua identificação da OAB, que a autoridade examina e surpreende-se com o nome da “mocinha”, referenciada por seus filhos como a mais humana e competente das professoras da escola que estavam cursando.

A Magistrada se desculpa, não sem antes deixar que as lágrimas alcançassem sua face, corada pela atitude preconceituosa e desrespeitosa, pois nunca usou como regra exigir documentação de pessoas de outras etnias, ainda que estagiárias.

Depois de 1 hora, pensando estar refeita do susto e da atitude impensada, a Meretíssima resolve iniciar finalmente a Audiência, mas diante do choro que não queria deixar sua companhia, pediu que a Escrevente remarcasse a oitiva, retirando-se da sala debaixo do indisfarçável sorriso do réu, da “mocinha” e dos funcionários ali presentes, acostumados com as atitudes preconceituosas e racistas da autoridade.

No âmbito do Poder Executivo, foram marcantes e decepcionantes para a nossa raça as manifestações de racismo explícito ou subliminar, por parte de administradores públicos e o ministério das Relações Exteriores, particularmente, sempre foi e continuará sendo um dos órgãos da administração pública brasileira, **onde a prática do preconceito e a discriminação racial não é somente contra afro-brasileiros** será constante, até o dia em que os senhores de “punhos rendados” se conscientizarem de que neste mundo globalizado não se admite mais que tal prática continue existindo e rememoro aqui o depoimento do primeiro negro que “quase se integrou na carrière”:> **Raimundo Souza Dantas deu um importante depoimento ao jornalista e escritor Haroldo Costa, que o transportou para as páginas do seu livro FALA CRIOULO, entre outros fatos importantes de sua vida sobre o período que antecedeu sua viagem para a República de Gana, até sua realização efetiva, após o impasse da confirmação da nomeação pelo novo Presidente João Belchior Marques Goulart:> “O Itamarati me recebeu com todas as reservas, além de não ser da carrière, ainda por cima sou negro. Humildemente comecei um aprendizado para poder desincumbir-me da missão que o Presidente me dava. É evidente que estava em causa o fato de eu ser negro, mas isso deixaria de ter importância na medida em que eu pudesse ter a atuação que ele pretendia dar grande ênfase na área diplomática e comercial. Não foi fácil a campanha que se moveu contra este ato de Jânio: Por que na África e não na Suécia? Um jornal perguntou. Sobreveio o episódio da renúncia e tumultuada passagem para o período João Goulart, cujo governo confirmou a minha indicação por Jânio Quadros. E então, só então viajei para Accra, capital de Gana.**

Quando fui assumir o meu posto, tive que enfrentar logo de início a má vontade e o boicote do então Encarregado de Negócios, o diplomata Sérgio Correia do Lago, que tardou dois meses a me entregar a residência oficial do Embaixador, numa afronta e indisciplina tais, que causava espécie em todo o corpo diplomático. Fiquei morando num hotel, mandando repetidos telex para o Itamarati, recebendo sempre a renovada promessa do Encarregado de sair “dentro de alguns dias”, e a situação perdurou até quando, por livre e espontânea vontade, ele resolveu se mudar. Isso sem falar na assessoria omissa e nas informações erradas que o staff me dava. Fiquei à frente da nossa representação diplomática em Gana, de setembro de 1961 a janeiro de 1964. O governo brasileiro me deu a condição mais alta que alguém da minha raça e da minha origem já

teve, mas ao mesmo tempo me deu condições de verificar que ser Embaixador negro não era tão importante quanto ter a consciência do problema da emancipação negra. Foi uma experiência inesquecível, tremendamente enriquecedora, altamente elucidativa. Esta circunstância me levou a uma compreensão mais realista, mais adequada do que é realmente o problema da África em face das comunidades negras do resto do mundo, da diáspora negra. Reajo como brasileiro nato, não sou africano desterrado, mas não posso deixar de considerar que é importante o que acontece na África, do ponto de vista da Independência.”

- - -

Mas os senhores de “punho rendado” no afã de querer fazer defender a falsa democracia racial brasileira e tentar fazer média com nossos irmãos africanos, cometem ATOS FALHOS como um ocorrido durante uma visita a República Federal da Nigéria, como foi destacado na ocasião, quando Gibson Barbosa, ministro brasileiro das Relações Exteriores visitava aquele país do Continente Africano e os jornalistas e a diplomacia africana o questionam sobre a existência de racismo no Brasil. Assunto delicado, o Chanceler resolve tentar colocar uma pá de cal na pergunta e declara:> Isto é pura bobagem, pois a democracia racial em meu país é uma realidade, tanto é verdade que meu médico pessoal é negro e faz parte da minha comitiva nesta viagem.

A comitiva brasileira que acompanhava o ministro, não sabia se ria ou chorava de vergonha, pois a especialidade do constrangido médico, ali presente, nada tinha a ver, salvo melhor juízo, com a anatomia da autoridade: **GI-NE-CO-LO-GIS-TA**.

Em 28 de junho de 1991, durante palestra que realizei no 2º Encontro Catarinense de Lideranças Negras, realizado na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, lembrei aos presentes que **o preconceito e a discriminação racial não é somente contra afro-brasileiros**, pelos senhores de “punho rendado” do Itamarati, também se executa contra os nossos irmãos diplomatas de países africanos acreditados junto ao governo brasileiro, que durante um certo período se posicionaram contra este estado de coisas, cuja preocupação levaram ao ex-deputado federal Adalberto Camargo, presidente da Sub-Comissão de Relações Exteriores, por ele instituída a duras penas nesta Casa, onde exerceu quatro mandatos consecutivos e destaquei:> **O constrangimento e a decepção dos diplomatas africanos acreditados junto ao governo brasileiro, em relação a política preconceituosa e desrespeitosa adotada pelo Itamarati com o Continente Negro, deixou de ser objeto de comentários restritos a reuniões sociais ou alguns setores da Casa de Rio Branco, para ganhar as páginas dos jornais com as manifestações contundentes do ex-Embaixador da República Federal da Nigéria, Patrick Dele Cole, do atual embaixador da República de Gana, Michael Charles Kwani Hamenoo e do atual embaixador da República do Cameroun, Martin Mbarga Nguete, que de forma clara e de modo a não deixar qualquer dúvida, expuseram seus pensamentos sobre a displicência e a latente falta de respeito da diplomacia brasileira, em relação aos diplomatas dos países da África.**

As manifestações encontraram eco junto ao Itamarati e desde aquela época já é pensamento do governo brasileiro, mudar radicalmente a sua política externa em relação ao Continente Africano, dando maior dimensão e atenção aos problemas comuns de países terceiro-mundistas.

Com o manifesto interesse do governo brasileiro de nos dias de hoje executar uma política de maior aproximação com os países do Continente Africano visando um incremento das relações com os irmãos africanos, espera-se que o preconceito diplomático e a discriminação tenham finalmente sido abolidos.

Até um mais alto mandatário brasileiro, o senhor Fernando Henrique Cardoso, consciente ou inconscientemente praticou **o preconceito e a discriminação racial contra afro-brasileiros**, quando

tentando “agradar” afirmou “eu tenho um pé na cozinha” e de minha parte recebeu o necessário troco quando escrevi o texto [PICADEIRO POLÍTICO](#), assim me posicionando:>

“O circo é um espaço democrático de espetáculos onde os personagens mais experientes ou iniciantes da atividade circense levam a sério a função de dar alegrias ou contar tristes dramas aos espectadores, mas sempre com o máximo de respeito e fidelidade ao que estão falando ou dramatizando. Infelizmente existem políticos, com todo o respeito à profissão dos que atuam no picadeiro, que nele querem inserir a qualquer preço, fazendo declarações que não fariam sorrir ou chorar as pessoas sérias que pensam que o nosso país ainda vai encontrar o seu caminho de respeito pelo passado de trabalho e de lutas de uma etnia.

Quando o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, sai da majestade dos cargos que já ocupou ou ocupa no cenário político nacional, querendo fazer chistes ou piadas com o passado da comunidade negra brasileira, apesar de suas obras discutidas e discutíveis sobre o assunto, só nos resta a tristeza diante de uma declaração através da qual ele pretende se inserir na intimidade da senzala que ainda vivemos, certamente, para querer produzir mais frases infelizes como:> (...) eu tenho um pé na cozinha.

FHC como a maioria dos políticos brasileiros, quando não tem coisa mais séria pra fazer, o que deveria ser uma preocupação constante no exercício de um cargo público, resolveu brincar com um assunto sério, tratando-o jocosamente, como se esta atitude representasse solidariedade ao sofrimento dos que foram jogados na senzala pela sociedade aristocrática brasileira.

A comunidade negra brasileira não quer ninguém, nenhum alienígena que somente após perseguir apenas interesses políticos, se inserindo no seu contexto com um “pé na cozinha”. Nós queremos e com luta vamos ingressar na “Sala da Democracia”, sentando-se à mesa das grandes decisões nacionais para discutir e encontrar soluções para os nossos problemas que são o da maioria do povo brasileiro, com a agravante de termos colaborado na marra através dos nossos antepassados com sangue, suor e lágrimas para o desenvolvimento do Brasil, buscando a inclusão social e a correção das injustiças praticadas durante mais de 300 anos de luta, de sofrimentos, mas muito trabalho.

Brincadeira tem hora e a escolhida pelo senhor Fernando Henrique Cardoso, não foi apropriada porque o que mais precisamos é do respeito ao trabalho e a luta dos nossos antepassados pela conquista da meia liberdade que nos foi concedida.”

Mas nem tudo se perde, pois no meio dos irresponsáveis e incoseqüentes temos políticos e administradores públicos que não teorizam e partem para práticas efetivas de reconhecimento ou valor da comunidade negra, e já tivemos manifestações públicas sobre este valor, com dignidade, sem demagogia, como a do ex-ministro Raul Jungman, sobre a qual me manifestei na ocasião:>

Quando as discussões sobre a adoção ou não de cotas para negros no ensino público superior, tomavam conta dos mais diversos setores de atividades da administração pública, o então ministro Raul Jungman, da Reforma Agrária, saiu da teoria e passou rapidamente à prática, adotando sem quaisquer discussões que não levam a resultado prático algum, a medida no âmbito administrativo da sua Pasta e dividiu proporcionalmente os cargos de confiança, a partir do funcionalismo do seu Gabinete Ministerial, em Brasília.

Deu um magnífico exemplo, inclusive para o Presidente FHC, de que quem quer faz, causando arrepios nas salas refrigeradas do Palácio do Planalto, da Esplanada dos Ministérios, das Empresas Estatais e outras salas dos mais diversos penduricalhos da administração pública federal, onde os cargos de confiança existem as mancheias.

Quem sabe faz a hora, tem iniciativa e não fica aguardando determinação específica, que nunca chega, para solucionar algum assunto, mas rende elogios pela perspectiva de que um dia possa ser executado.

Também foi marcante e repercutiu nacionalmente a atitude do ex-ministro do Trabalho, sobre a qual me manifestei através de uma nota referenciada como PREMIAÇÃO:> O ministro do Trabalho, João Mellão Neto, elogiou a atitude da servente Bianca Aparecida Canuto da Silva, que o barrou no quinto andar do prédio ministerial em Brasília, às 7:30 horas, por não saber de quem se tratava e por não usar crachá que o identificasse.

Ao contrário das sugestões dos “puxa-sacos e maçonetas” ministeriais que entendiam que a “negrinha” havia praticado um ato de desrespeito a sua pessoa, o ministro premiou a funcionária com um cargo em seu gabinete, falando em alto e bom tom:> Tenho a certeza de que ela vai zelar pelo patrimônio público.

Parafraseando um dos ícones do chamado Movimento Negro Brasileiro, Abdias Nascimento, no alto dos seus 95 anos bem vividos, de luta e de determinação para se atingir os objetivos maiores da nossa raça, lembro que:> vivemos num país que se acostumou achar que negros bons são aqueles que conhecem o “seu” lugar, que é o da submissão e o da inferioridade. Mas eu estou aqui justamente para tentar subverter essa visão. Para mostrar que a construção de um Brasil moderno, justo, democrático, que não tenha de se envergonhar todos os dias perante o mundo com as imagens de violência, miséria e discriminação divulgadas pelos veículos de comunicação, passa necessariamente pelo fim do racismo e do preconceito que se abatem sobre seus filhos de ascendência africana. Nessa luta sem tréguas enfrentando inimigos quase sempre ocultos sob os véus da hipocrisia e do paternalismo, é com alento que vemos hoje manifestações como as do atual Presidente da República – ainda que seja lembrado por suas atitudes racistas do passado – infelizmente desconhecidas ou desvalorizadas pela maioria daqueles que dizem ser seus seguidores. O que mostra que ainda é muito árdua a luta que temos pela frente; mas também que, felizmente, já dispomos de aliados nos mais altos escalões governamentais e empresariais do País.

Somente a imbecilidade fará com que o atual Presidente da República, não entre para a história como uma autoridade maior brasileira, que deu visibilidade política e administrativa para a comunidade negra e faço esta observação, desprendido de qualquer sentimento político ou partidário, pois até esta data ainda não me posicionei quanto a uma possível filiação a qualquer grei política deste Brasil, brasileiro de quase todos nós.

O discutido, comentado e respeitado Rabino da Congregação Israelita Paulista, Henri Sobel, tem uma afirmativa real sobre o preconceito:> “O mundo nos mostra que o preconceito religioso, o triunfalismo ideológico e a discriminação étnica são as maiores barreiras ao progresso humano.”

No encerramento desta Palestra, neste dia dedicado a comemoração da instalação dos cursos jurídicos em nosso país, não choramos, protestamos, sim,

mais uma vez, **contra o preconceito e a discriminação e racial** contra a comunidade negra, lembrando aqui um pensamento do eminente jurista que foi Miguel Reale, catedrático emérito Direito, ex reitor da USP e ex-Secretário de Justiça do Estado de São Paulo, sobre o futuro afro:> “Mais complexo do que se pensa é o problema racial no Brasil, pois ele envolve, além de elementos de natureza étnica, outros não menos relevantes de ordem social, histórica, econômica e geográfica. (...) No Brasil, aliás, ocorre o contrário do que se dá nos Estados Unidos da América lá, um pouco de sangue preto qualifica os indivíduos como negros, enquanto que, entre nós, um pouco de sangue branco, basta para situa-los ao lado dos de ascendência européia, máxime se conseguiram progredir no plano econômico ou cultural. (...) o problema com que nos

defrontamos é, a bem ver, o do desenvolvimento cultural, inclusive porque somente a educação poderá tomar, no Brasil como nos outros países, mais cordial e sem preconceitos o convívio entre pessoas de raças diferentes. Além do mais, com o desenvolvimento, negros verão, outrossim, aumentadas suas possibilidades de plena afirmação social, o que demonstra que o lema da nossa bandeira, “Ordem e Progresso”, tem também um alto sentido de comunhão espiritual”.

AOS "RELIGIOSOS DA RADIODIFUSÃO", UM LEMBRETE:>

Nunca é demais lembrar ou alertar os "religiosos" que ocupam espaço na mídia eletrônica que o Código Brasileiro de Comunicações, **estabelece que o preconceito e a discriminação racial contra afro-brasileiros**, constituem abuso o emprego desse meio de comunicação para promover qualquer tipo de campanha discriminatória e difamatória contra as religiões originárias do Continente Africano, entre outras, fixando a pena de cassação da concessão do sinal e prefixo das emissoras que derem guarida aos "mensageiros da fé" que usarem desta prática que pode ser enquadrada como infringência aos dispositivos de crimes contra a Segurança Nacional, estabelecidos na Lei nº 7.170, de 14/2/83.

“Posso muitas vezes até ser silente, mas jamais serei indiferente ou omissos em relação ao que se passa no meio da comunidade negra, nos quatro cantos deste Brasil, brasileiro de quase todos nós.”

E fica aqui a lição manifestada por Mahatma Gandhi:> SE QUEREMOS PROGREDIR, NÃO DEVEMOS REPETIR A HISTÓRIA, MAS FAZER UMA HISTÓRIA NOVA.

Muito obrigado a todos pela atenção